

### Mais recursos para pesquisas sobre a Febre Amarela

Especialistas da saúde defenderam mais investimentos para pesquisas e combate da febre amarela em seminário preparatório para a 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde (CNVS), realizado na Câmara (20/2). Representantes do Conselho Nacional de Saúde e do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde alertaram para os atuais cortes orçamentários. Com o objetivo de discutir temas como o fortalecimento do SUS, a 1ª CNVS foi realizada de 27/02 a 02/03 em Brasília. A Fiocruz tem várias ações para conter o surto: produção de vacinas (64,1 milhões de doses, em 2017), serviço de orientação para secretarias de saúde, controle da eficácia das doses padrão e fracionada e monitoramento de reações adversas. (Com informações da Agência Câmara)

### Fiocruz na consolidação do Marco Legal de CT&I

A Fiocruz participa na consolidação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/16 - regulamentada em fevereiro de 2018), que traz novas regras para dinamizar a pesquisa, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação. A Fundação participou da relatoria no Congresso Nacional em fóruns e audiências públicas com a comunidade científica, além de promover seminários no Rio de Janeiro e em outros estados. Para o vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz, Marco Krieger, "o Marco apresenta nova perspectiva para atualização e dinamismo do desenvolvimento em CT&I, simplificando e flexibilizando seus processos, além de estimular a integração entre os setores público e privado de pesquisa".

### Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva

Neste ano, pela primeira vez a Fiocruz vai abrigar o Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva da Abrasco, de 26 a 29 de julho. É um ano emblemático para a Saúde Pública e Coletiva, já que em 2018 completam-se 40 anos da Declaração de Alma-Ata, marco na Atenção Primária e na Promoção à Saúde, e 30 anos da Constituição Cidadã, que instituiu o Sistema Único de Saúde. O tema deste Congresso não poderia ser mais oportuno: Fortalecer o SUS, os direitos e a democracia. O país vive um momento histórico de dificuldade para que sejam asseguradas as conquistas no campo da saúde e da cidadania. Sediado o Abrasco significa muito para esta instituição centenária, reafirmando seu compromisso com a democracia e a cidadania.

### Homenagem a Celina Turchi

"Esta homenagem enfatiza a necessidade de verbas para institutos de pesquisa e formação de pesquisadores", destacou a pesquisadora da Fiocruz Pernambuco, Celina Turchi, agraciada em Brasília pela deputada Soraya Santos PR/RJ com a Medalha Mietta Santiago – Platina, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Para ela, é também o reconhecimento dos esforços da equipe de pesquisa composta por muitas mulheres. A pesquisadora foi incluída pela revista Nature entre os 10 cientistas mais importantes do mundo (2016), e a revista Time a classificou entre as 100 pessoas mais influentes do planeta (2017).



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz

# Fiocruz

## em Pauta

BOLETIM PARLAMENTAR  
DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

B I M E S T R A L  
Ano 2 – Nº 3

# Nascidas e criadas na prisão

FOTO DE NANA MORAES, QUE VAI ESTAR NO CONGRESSO DA ABRASCO COM A EXPOSIÇÃO "AUSÊNCIA", SOBRE MÃES E CRIANÇAS SEPARADAS PELA PRISÃO, UM OUTRO LADO DA MESMA HISTÓRIA.

A VIDA DE CENTENAS DE CRIANÇAS DE MÃES ENCARCERADAS PODE MUDAR

p. 3

- **MAIS RECURSOS CONTRA A FEBRE AMARELA**
- **MARCO LEGAL DE CT&I**
- **CONGRESSO DA ABRASCO NA FIOCRUZ**
- **CÂMARA HOMENAGEIA CELINA TURCHII**

p. 4

Fiocruz em Pauta  
Boletim Parlamentar da Fundação Oswaldo Cruz  
Ano 2 – Nº 3  
Tiragem: 550 exemplares

Presidente da Fiocruz  
Nisia Trindade Lima

Chefe de Gabinete  
Valcler Rangeli

Assessoria Parlamentar (Fiocruz Brasília)  
Mônica Geovanini  
Mônica Mendes

Supervisão  
(Coordenação de Comunicação Social/Presidência)  
Elisa Andries  
Pamela Lang

Edição  
Gustavo Mendelsohn de Carvalho  
Wagner Vasconcelos

Colaboração  
Fabiano dos Santos  
Ricardo Valverde  
André Costa

Fotos  
Peter Ilciciev (pg.3)  
Carlos André Lemos (pg.4)  
Nana Moraes (capa)  
Sérgio Velho (pg.4)

Projeto Gráfico (Ascom/Fiocruz Brasília)  
Carlos Sarina

Impressão  
Multimeios (Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde/Fiocruz)

AVENIDA L3 NORTE, S/N, CAMPUS  
UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO, GLEBA A  
CEP: 70.904-970 - BRASÍLIA - DF  
TELEFONE: (61) 3329-4500

www.fiocruz.br  
www.fiocruzbrasil.fiocruz.br  
www.agencia.fiocruz.br

/oficialfiocruz @fiocruz



## EDITORIAL

Entre os mais nobres papéis que desempenha o Parlamento Nacional está o de discutir os grandes temas de interesse coletivo, propondo alternativas de políticas públicas e fiscalizando o rigoroso cumprimento das orientações emanadas da norma jurídica que rege as atribuições e responsabilidades dos órgãos centrais da administração.

Coerentemente com esses papéis, merece destaque a visita do Dr. Ricardo Barros, então Ministro de Estado da Saúde, à Comissão Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. A sessão teve como objetivo permitir ao ministro prestar contas de sua gestão junto aos parlamentares após quase dois anos à frente da pasta. Foi também excelente oportunidade para que ocorresse o debate democrático em torno da inserção da Fiocruz na agenda do Estado brasileiro e diante dos desafios contemporâneos na defesa de interesses nacionais estratégicos.

Argumentos importantes foram levantados em torno da necessidade de adequação da Fiocruz ao esforço de ajuste fiscal do Estado. Em particular, o processo de produção da Alfaepoetina, biofármaco destinado ao tratamento de anemias graves, e a construção da nova planta de produção de Bio-Manguinhos em Santa Cruz voltaram ao debate por conta de um suposto desajuste das despesas previstas em face de alternativas existentes, seja no mercado, seja no estabelecimento de parcerias com países desenvolvidos. Resultado do esforço feito pela Fiocruz no sentido de atuar sempre junto ao Legislativo do país, várias intervenções deram conta da importância estratégica de ambas as iniciativas exatamente como componentes de um esforço fiscal mais amplo. Nos dois casos, o investimento se justifica pela garantia do acesso da população a biofármacos e vacinas, de acordo com os princípios que regem o SUS. Trata-se também de conquistar autonomia nacional na produção de insumos para saúde, o que é fundamental para que o Brasil assumira protagonismo internacional no desenvolvimento tecnológico nesta área.

Esta é uma das funções históricas da Fiocruz, e que é cada vez mais compreendida pelo Congresso Nacional.

**Nísia Trindade Lima**  
PRESIDENTE DA FIOCRUZ

## Mais de 200 bebês ou crianças moram nas prisões brasileiras

A prisão de Cristiane no início do ano, por roubo de comida em um supermercado de São Paulo, foi para as primeiras páginas dos jornais. Mãe de dois filhos pequenos, estava novamente grávida quando o Juiz determinou sua prisão preventiva. Não é uma sentença incomum em um país com 420 mulheres grávidas e 265 amamentando em prisões, segundo o Conselho Nacional de Justiça. Mas, dessa vez, pode ter consequências inéditas. E positivas.

Atendendo a recurso do Coletivo de Advogados em Direitos Humanos, o Superior Tribunal de Justiça (STF) decidiu conceder Habeas Corpus coletivo, substituindo a prisão preventiva por domiciliar para gestantes e mães de crianças de até 12 anos ou com deficiência.

A decisão do STF, que deve entrar em vigor até o final de abril, contou com dados do estudo Nascer nas Prisões, coordenado pelas pesquisadoras da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), Maria do Carmo Leal e Alexandra Roma Sánchez. Baseado em censo nacional (2012 a 2014), a pesquisa descreve o perfil de mulheres que vivem com seus filhos em prisões brasileiras, além das práticas de atenção, gestação e parto durante o encarceramento.



Das 241 mães e 200 grávidas presas ouvidas pelas pesquisadoras, 37% foram levadas algemadas para a maternidade; 8% foram mantidas assim durante o parto (o que é proibido pelo Decreto 8.858/2016); 55% tiveram menos consultas de pré-natal que o recomendado; 32% não foram testadas para sífilis e 4,6% das crianças nasceram com a doença. Em sua maioria, essas mulheres têm entre 18 e 30 anos, pouca escolaridade, baixa renda e são socialmente vulneráveis. Cerca de 80% cumprem prisão provisória.

**O artigo 5º da Constituição determina que as mães encarceradas possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação; e a Lei de Execução Penal obriga a existência de berçários, onde as presas possam cuidar de seus filhos e amamentá-los, no mínimo, até 6 meses. A LEP prevê ainda o regime aberto em residência particular para gestantes e mães filhos menores ou com deficiência. É preciso cumprir a Lei.**

## PARCERIA CIENTÍFICA COM A CHINA

A Fiocruz assinou no início do ano um Memorando de Entendimento com o Hospital Popular de Shenzhen, o Instituto Genômico de Beijing, o Laboratório de Microbiologia Patogênica do Instituto de Microbiologia Imunológica da Academia de Ciências Chinesa e a empresa de telecomunicações ZTE. O documento, assinado durante a viagem da presidente Nísia Trindade Lima e outros representantes da Fundação à China em fevereiro, estabelece diretrizes para um acordo de cooperação científica que viabilizará a criação de centros Brasil-China de Pesquisa e Prevenção em Doenças Infecciosas, nos dois países. Os centros serão voltados à pesquisa básica e translacional em saúde, com foco na prevenção e controle de epidemias, como influenza, chikungunya, zika, dengue, febre amarela e oropouche, além de outras doenças infecciosas como tuberculose.

### No Congresso Nacional estão em tramitação, segundo levantamento do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/Uerj), quatro PLs sobre gestantes presas.

**PL 9592/2018** – Determina que as penitenciárias femininas tenham seções para gestantes e que a prisão preventiva seja substituída pela domiciliar para gestantes a partir do oitavo mês de gestação. Apensado ao PL 8045/2010, que altera o Código do Processo Penal.

**PL 6001/2009** - Estabelece a obrigatoriedade de ala reservada a mulheres nas cadeias públicas. A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado deu parecer contrário, já a Comissão de Segurança e Família foi favorável. Aguarda designação de relator na CCJC.

**PL 6177/2016** - Estabelece diretrizes para políticas de humanização do sistema penitenciário, defende alimentação adequada, cuidados com a saúde física e mental, assistência jurídica, especialmente para grávidas em decorrência de abuso sexual, além da não aplicação de isolamento ou segregação disciplinar a mulheres grávidas. Apensado ao PL 7223/2006, da criação do regime penitenciário de segurança máxima.

**PL 9054/2017** do Senado Federal - Propõe acesso imediato ao SUS, comunicação imediata do nascimento à Vara da Infância e da Juventude, estímulo à amamentação. Veda o transporte de grávidas, lactantes e idosas em carro cofre, o uso de algemas ou outros meios de contenção durante o parto. Aguarda constituição de Comissão Temporária pela Mesa.

